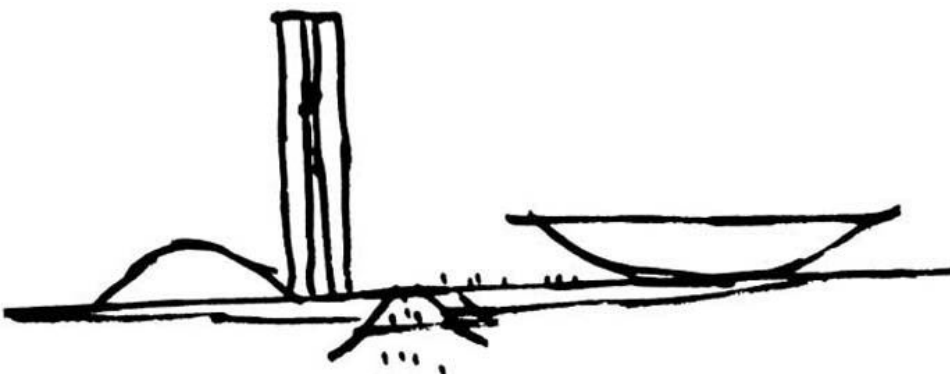


CAPACITAÇÃO PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016



Introdução aos Poderes Constituídos e ao Processo Legislativo

Hugo Lontra



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016



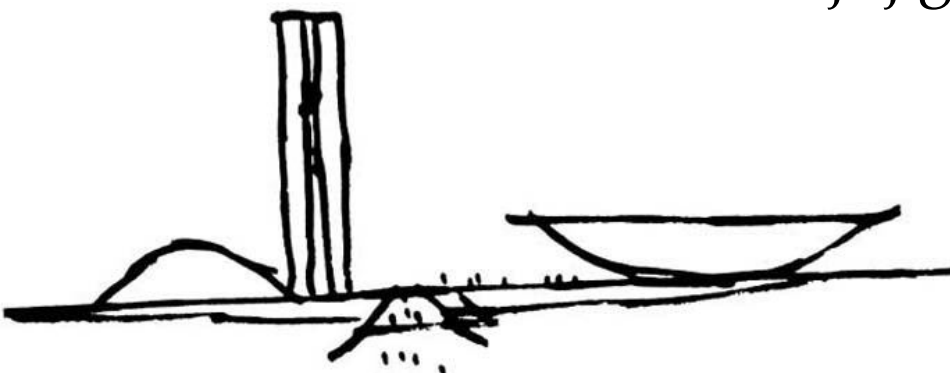
Conhecimentos Básicos:

Constituição do Estado do Rio de Janeiro

Regimento Interno da ALERJ

Regimento Interno do PJ

www.alerj.rj.gov.br



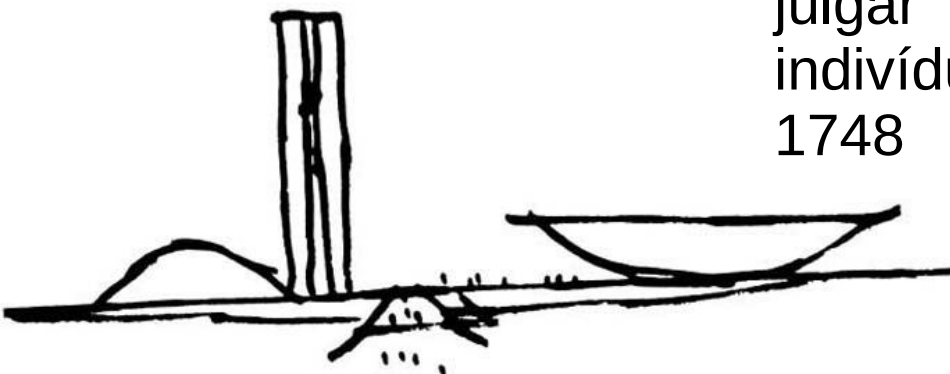
PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

Introdução a Teoria dos Poderes:

Barão de Montesquieu. “O Espírito das Leis”

“(…) tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas, e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos”

1748



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

Introdução a Teoria dos Poderes:

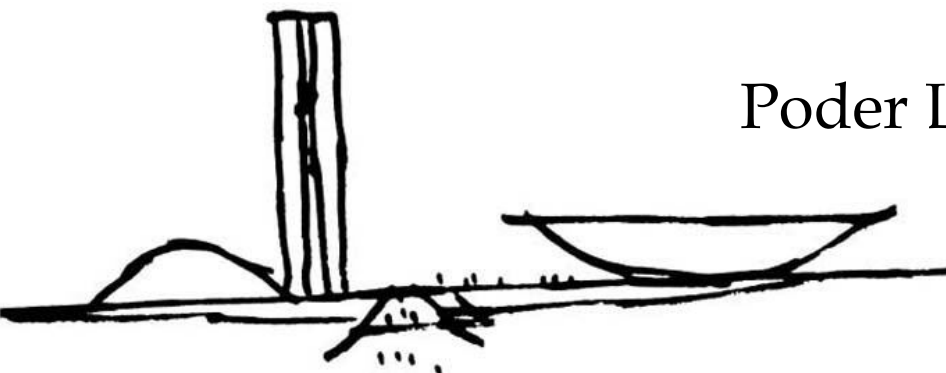
Poder Judiciário

Poder Executivo

Independentes

Harmônicos

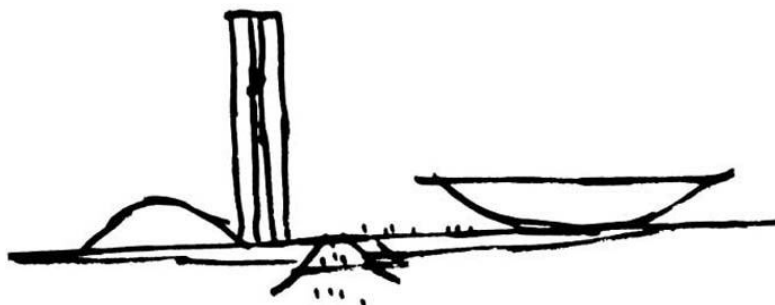
Poder Legislativo



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

Introdução a Teoria dos Poderes: FUNÇÕES:

PODER EXECUTIVO	→	Executa as Leis
PODER JUDICIÁRIO	→	Julga com base nas Leis
PODER LEGISLATIVO	→	Produz e Fiscaliza o cumprimento das Leis.



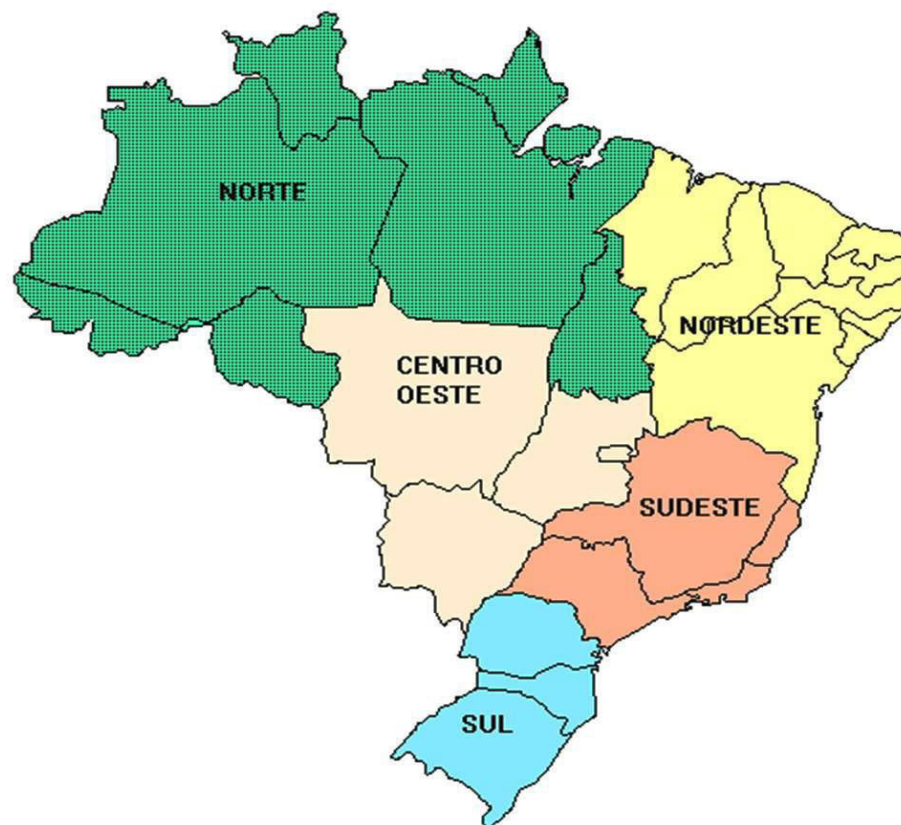
PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

Divisão Político-administrativa

União —————> 1

Estados —————> 26 + 1

Municípios —————> 5.570



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

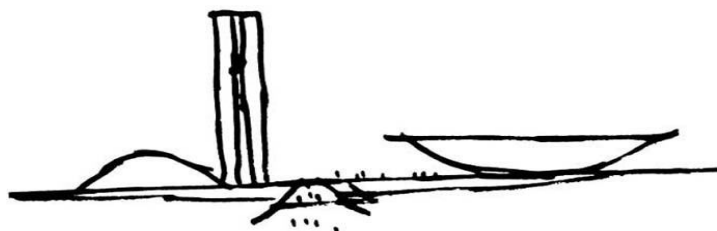
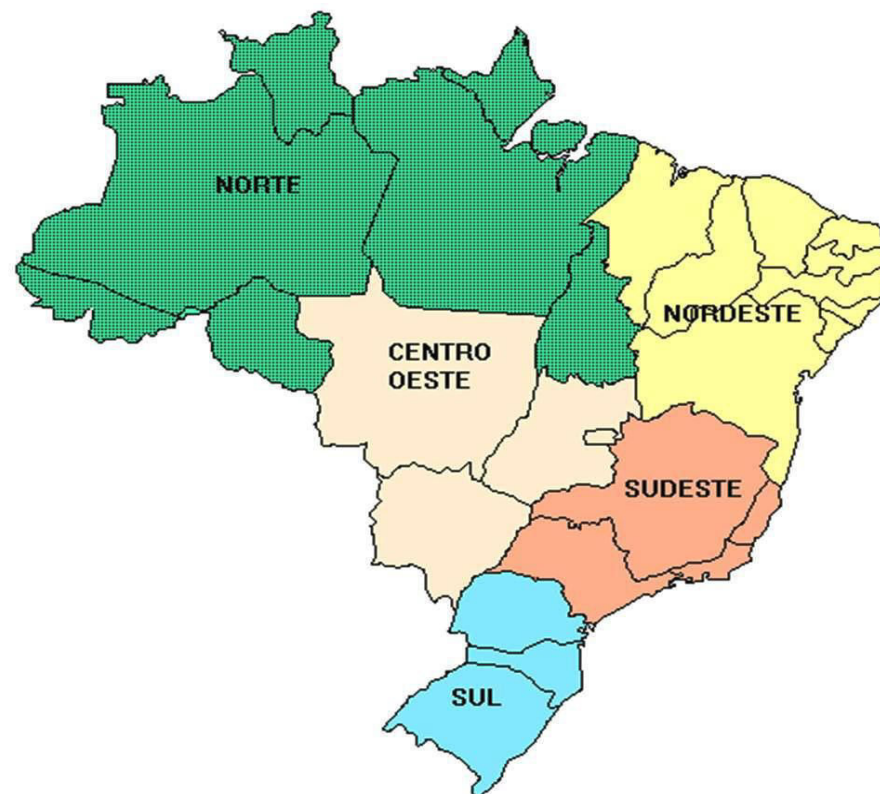
Competência na Federação Brasileira

Princípio Básico: Predominância
do Interesse

União —————> Geral

Estados —————> Regional

Municípios —————> Local



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

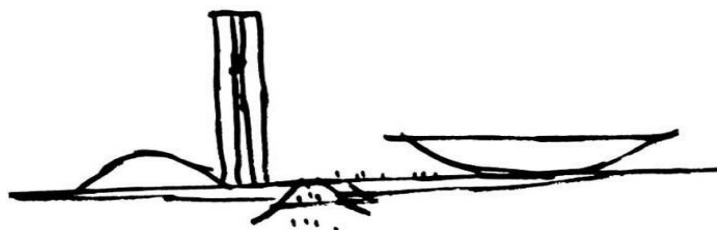
Dados Legislativo – Rio de Janeiro

Número de Municípios —————> 92

Número de Leis no Brasil —————> 13.330*

Número de Leis no Estado —————> 7.407*

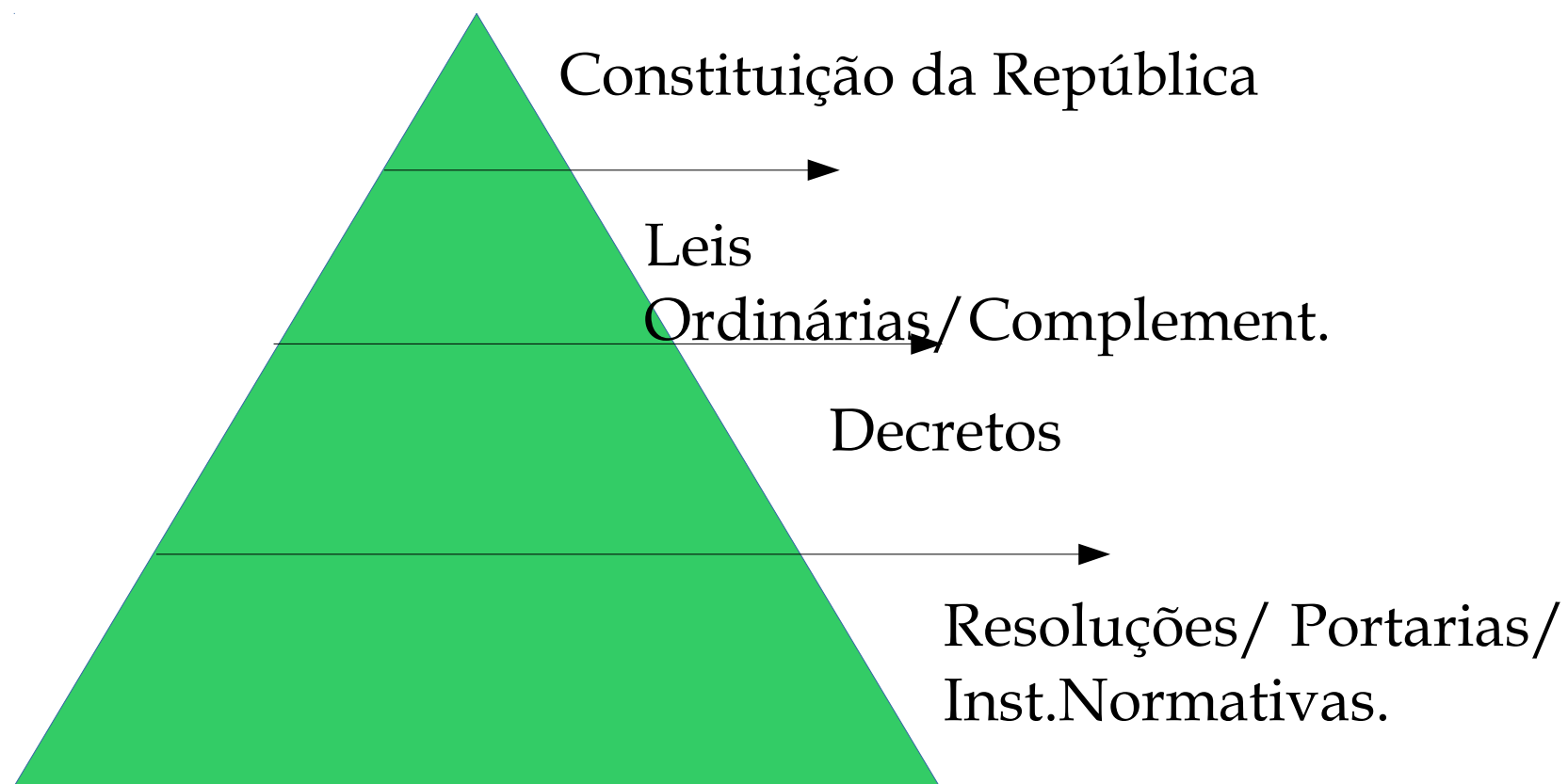
Número de Leis no
Município de Nova Friburgo —————> 4.504*



*Número relativo às Leis Ordinárias
Atualizados em 08 de agosto 2016

PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

Noções sobre Hierarquia das Leis



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

Espécies de Competência

Exclusiva

Privativa

Concorrente

Suplementar

Residual

“**Art. 25.** Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.” CRFB



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

Espécies de Competência

“**Art. 22.** Compete **privativamente** à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II - desapropriação;

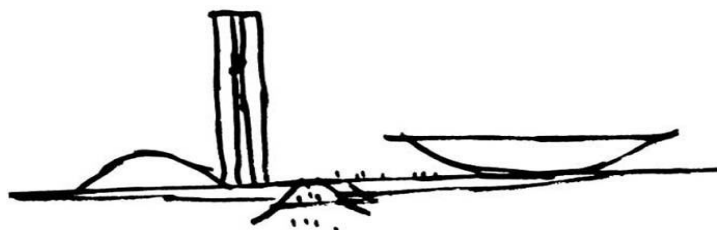
III - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

V - serviço postal;

VI - sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;

...



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

Espécies de Competência

“**Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar **concorrentemente** sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II - orçamento;

III - juntas comerciais;

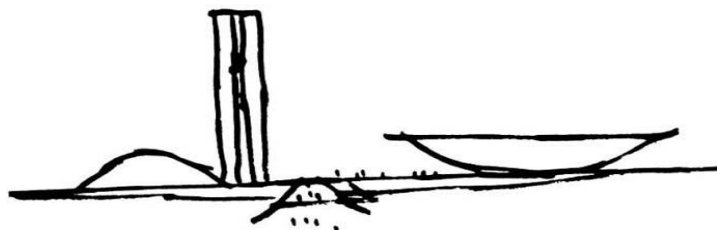
IV - custas dos serviços forenses;

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

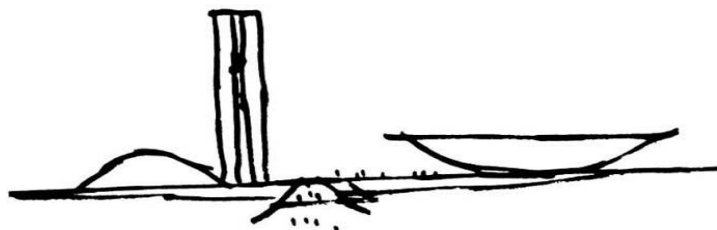
VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

Espécies de Competência

- “ IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;
- XI - procedimentos em matéria processual;
- XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
- XIII - assistência jurídica e Defensoria pública;
- XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- XV - proteção à infância e à juventude;
- XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

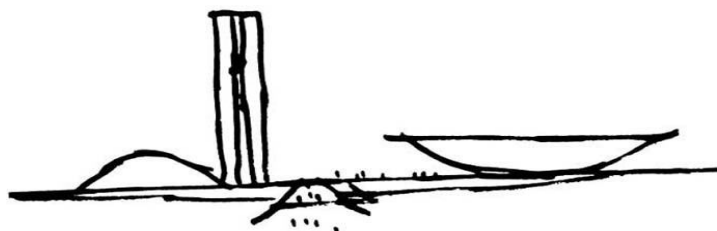
Espécies de Competência

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.



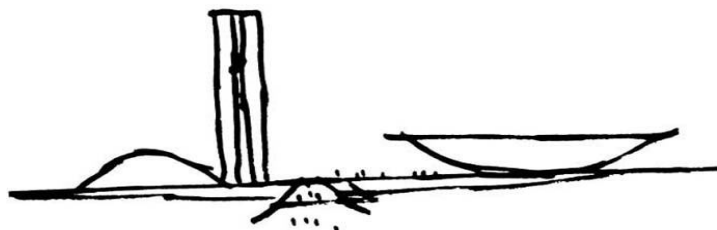
PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

Espécies de Competência - INTERNA

Art. 112 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

I - fixem ou alterem os efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;

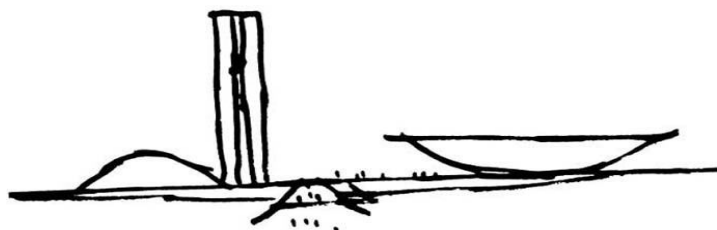


PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

Espécies de Competência - INTERNA

II - disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;
- b) servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

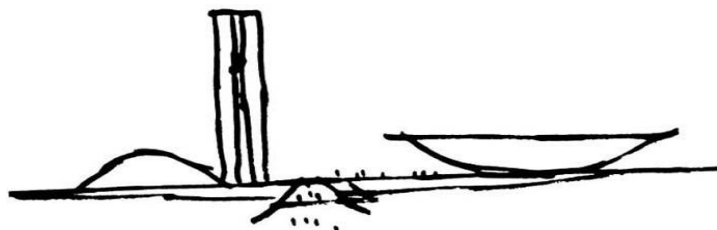


PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

Tipos de Competência - INTERNA

c) organização do Ministério Público, sem prejuízo da faculdade contida no artigo 172 desta Constituição, da Procuradoria Geral do Estado e da Defensoria Pública;

d) criação e extinção de Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, observado o disposto o art. 145, caput, VI, da Constituição;

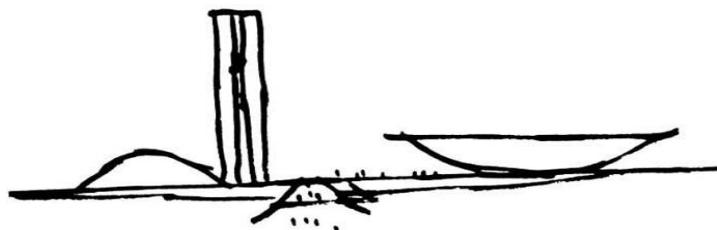


PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

Espécies de Competência - INTERNA

§ 2º Não será objeto de deliberação proposta que vise conceder gratuidade em serviço público prestado de forma indireta, sem a correspondente indicação da fonte de custeio.

§ 3º Em caso de dúvida em relação as matérias de competência exclusiva do Governador (a) do Estado, a Sanção torna superado o possível vício de iniciativa.



* emendas ao Projeto de orçamento.

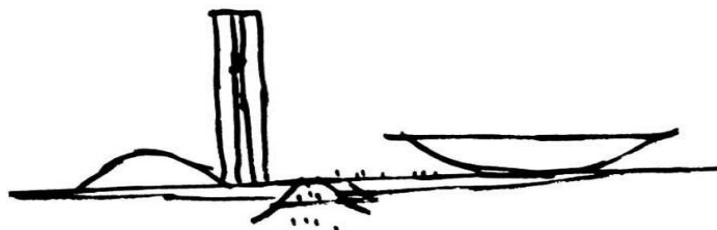
PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

Exemplo de Competência

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (ARTS. 98 A 101)

Art. 98 - Cabe à Assembléia Legislativa com a sanção do Governador do Estado, não exigida esta para o especificado nos artigos 99 e 100, legislar sobre todas as matérias de competência do Estado, entre as quais:

- I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;
- II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública;
- III - planos e programas estaduais de desenvolvimento, em conformidade com os planos e programas nacionais;
- IV - normas gerais sobre exploração ou concessão dos serviços públicos, bem como encampação e reversão destes, ou a expropriação dos bens de concessionárias ou permissionárias e autorizar cada um dos atos de retomada ou intervenção;



* emendas ao Projeto de orçamento.

PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

Espécies de Competência

INTERNA:

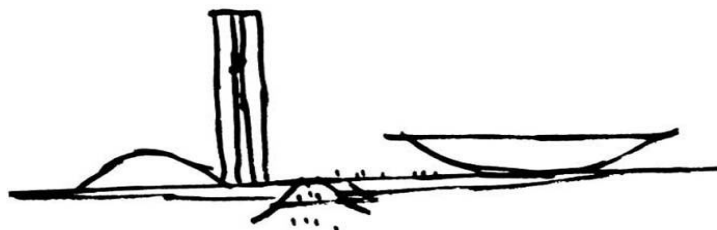
- INICIATIVA:

- Chefe do Executivo;
- Poder Legislativo;
- Poder Judiciário;
- Popular.

EXTERNA:

- Material:

- União;
- Estado;
- Município;



* emendas ao Projeto de orçamento.

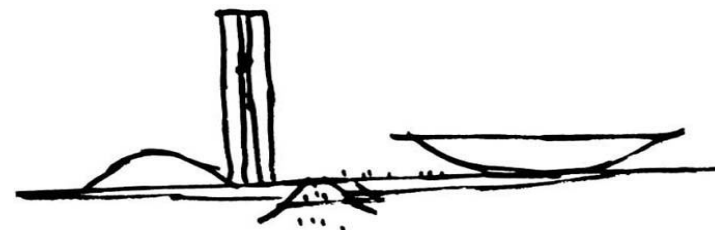
PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

Proposições Legislativas – R.I. ALERJ

Art. 83 - Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembleia ou de suas comissões, conforme o caso.

§ 1º - As proposições poderão consistir em:

- propostas de emenda à Constituição,
- projetos de lei complementar,
- projetos de lei,
- projetos de resolução,
- projetos de decreto legislativo,
- projeto de lei delegada,
- emendas,
- indicações legislativas,
- requerimentos e recursos.



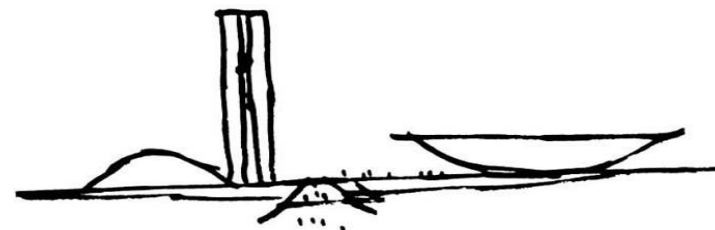
PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016



Proposições Legislativas – R.I. ALERJ

§ 2º - Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e concisos, e apresentada em três vias.

§ 3º - Nenhuma proposição poderá conter matéria estranha ao enunciado objetivamente declarado na ementa ou dela decorrente.



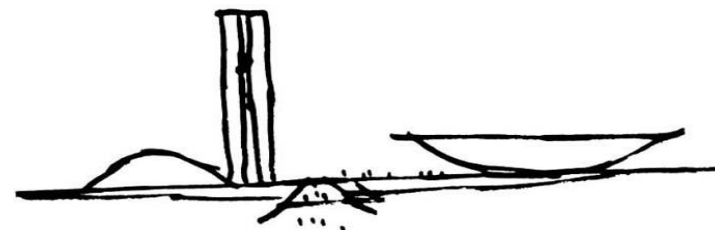
PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016



Proposições Legislativas – R.I. ALERJ

Art. 84 - Não se admitirão proposições:

- I - anti-regimentais;
- II - sobre assunto alheio à competência da Assembleia;
- III - em que se delegue a outro Poder atribuição privativa do Legislativo;
- IV - que contenham expressões ofensivas a quem quer que seja;
- V - que, aludindo a qualquer dispositivo legal, não se façam acompanhar de sua transcrição;
- VI - que, fazendo menção a contratos ou concessões, não os transcrevam por extenso;
- VII - quando redigidas de modo que não se saiba, com a simples leitura, qual a providência objetivada;



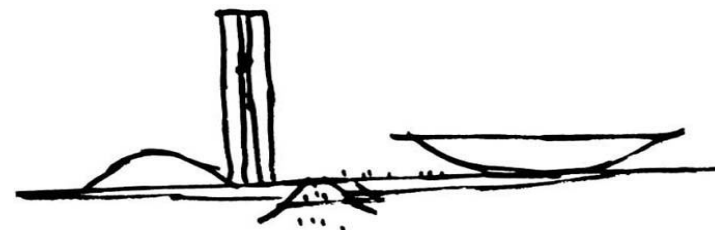
PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016



Proposições Legislativas – R.I. ALERJ

Art. 93 - A iniciativa dos projetos de lei complementar e ordinária cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e aos cidadãos, nos casos previstos na Constituição e neste Regimento.

§ 1º - Projeto de lei complementar à Constituição é a proposição destinada a regulamentar, complementando, dispositivos constitucionais.



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

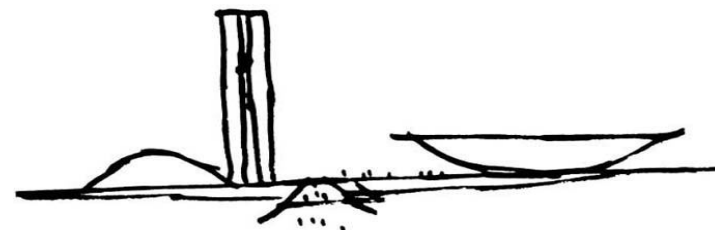


Proposições Legislativas – R.I. ALERJ

Art. 94 - Os projetos de lei ordinária serão destinados a regular as matérias de competência do Poder Legislativo, com a sanção do Governador do Estado.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

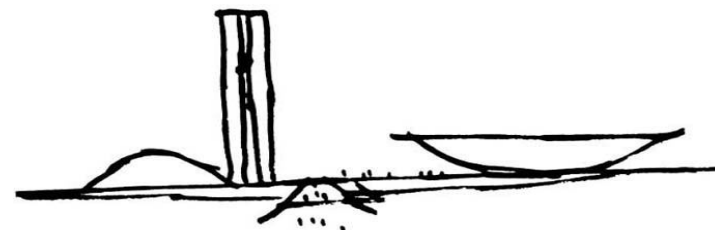


PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016



Proposições Legislativas – R.I. ALERJ

- Fazer Leis exige responsabilidade;
- As Leis interferem na vida das pessoas, para o bem ou para o mal;
- Pensar sobre as consequências secundárias das ideias legislativas;
- Algumas questões não podem ser resolvidas por lei.



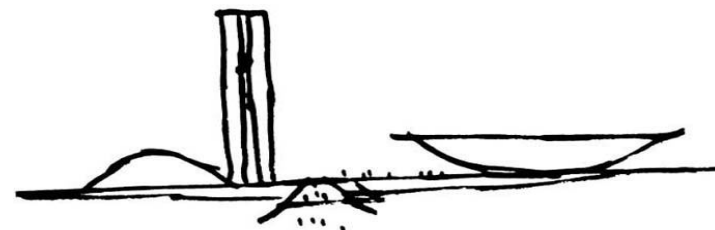
PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

Exemplos de Leis recentes



7083/15 - DISPÕE SOBRE A VENDA E O CONSUMO DE BEBIDAS NAS ARENAS DESPORTIVAS E ESTÁDIOS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Luiz Martins, Geraldo Pudim, Wanderson Nogueira

7077/15 - OBRIGA AS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA, MÓVEL, DE TV POR ASSINATURA E DE TRANSMISSÃO DE DADOS VIA INTERNET A OFERECEREM, AOS CONSUMIDORES COM CONTRATOS EM ATIVIDADE, AS MESMAS CONDIÇÕES PARA ADESÃO AOS NOVOS PLANOS E PACOTES PROMOCIONAIS. Zaqueu Teixeira



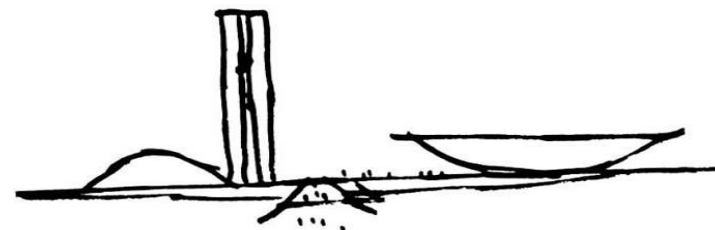
PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016



Exemplos de Leis recentes

7048/15 - ALTERA A LEI Nº 2403, DE 24 DE MAIO DE 1995, PARA DISPOR SOBRE A VEDAÇÃO DA FABRICAÇÃO, DA VENDA, DA COMERCIALIZAÇÃO, DO TRANSPORTE E DA DISTRIBUIÇÃO DE RÉPLICAS OU SIMULACROS DE ARMAS DE BRINQUEDO, E INSTITUIR A SEMANA DO DESARMAMENTO INFANTOJUVENIL.
Martha Rocha

7031/15 - PROIBE O PORTE DE ARMA BRANCA NO TERRITÓRIO DO ESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Geraldo Pudim



PARLAMENTO JUVENIL

PJ 2016

QUÓRUM

MAIORIA SIMPLES:

Primeiro número inteiro após a metade dos presentes.

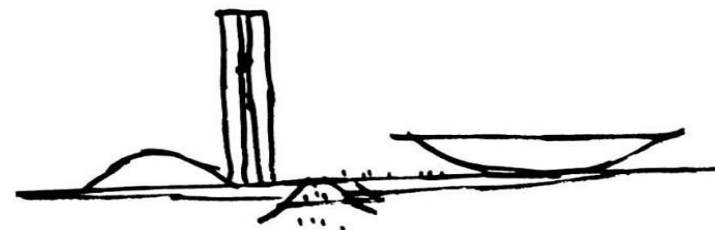
MAIORIA ABSOLUTA:

Primeiro número inteiro após a metade do universo trabalhado.

MAIORIA QUALIFICADA:

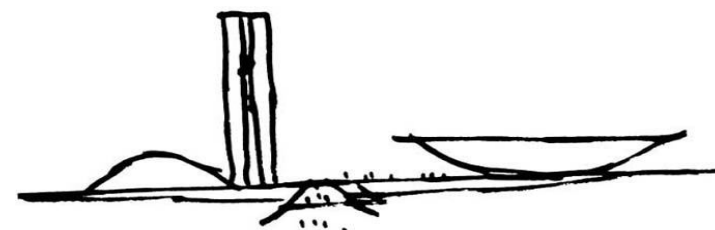
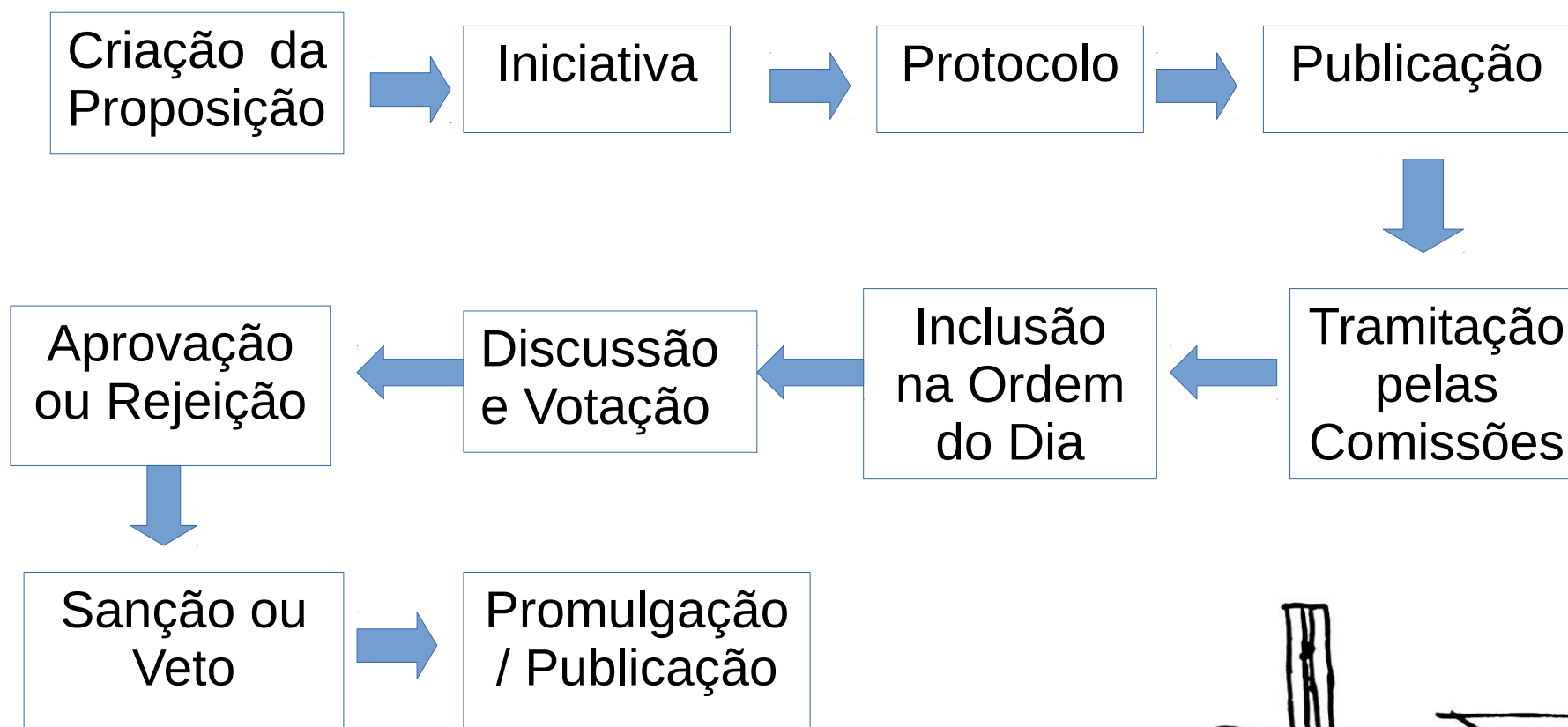
Quórum mais árduo, sempre baseado no universo trabalhado.

- 2/3:
- 3/5:



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016

IDEIAS GERAIS DE PROCESSO LEGISLATIVO TRAMITAÇÃO



PARLAMENTO JUVENIL PJ 2016



Obrigado!

Hugo Lontra

E-mail: hugo.lontra@gmail.com

